



Spiridon Anyfantis

PROVAS AUDIOVISUAIS

SUA VALORAÇÃO
NO PROCESSO PENAL

PREFÁCIO

Ela Wiecko V. de Castilho

216 páginas

ISBN 978-85-7700-138-5

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

O livro apresenta um estudo substancial sobre alguns dos mais caros temas da norma constitucional e processo penal, como a ilicitude da prova e sua formulação por meio de gravações audiovisuais. Fala-se, aqui, das provas produzidas por *câmeras ocultas* ou *escondidas* e *câmeras ostensivas*.

Atualmente, há um consenso doutrinário no sentido de que, para a elucidação de fatos ilícitos, as gravações de áudio e vídeo estão adquirindo importância cada vez maior, em especial quando se trata de delitos produzidos contra a Administração Pública. O problema que se vislumbra, porém, diz respeito à validade judicial dessas provas, além de sua interpretação em face das garantias constitucionais da intimidade, privacidade, honra e imagem da pessoa acusada. Esse é o tema sobre o qual se debruça o autor, oferecendo uma visão atual e ampla sobre as hipóteses nas quais se admite a valoração judicial dessas provas e outras, onde sua produção se mostra ilícita.

Spiridon Anyfantis

Mestre em direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás. Professor da Escola Superior da Magistratura de Goiás. Promotor de Justiça.

Sumário

Prefácio

Ela Wiecko V. de Castilho

Introdução

Capítulo 1

A prova no processo penal

- 1.1 Objeto da prova
- 1.2 Fonte de prova
- 1.3 Meio de prova
- 1.4 Ônus da prova
- 1.5 Princípios que regem o sistema probatório
- 1.6 Pertinência e utilidade da prova
- 1.7 Sistemas de apreciação da prova
 - 1.7.1 Sistema da certeza moral do juiz ou íntima convicção
 - 1.7.2 Sistema da certeza moral do legislador ou da prova legal
 - 1.7.3 Sistema do livre convencimento do juiz ou da persuasão racional
- 1.8 Direito à prova
- 1.9 O réu e a prova

Capítulo 2

Provas ilícitas

- 2.1 Conceito e introdução
- 2.2 Classificação das provas ilícitas
 - 2.2.1 Quanto à amplitude
 - 2.2.2 Quanto à sua essência
 - 2.2.3 Quanto ao objeto
 - 2.2.4 Quanto ao momento em que é produzida a ilicitude
- 2.3 A prova ilícita no processo: teorias
 - 2.3.1 Posição favorável à admissibilidade e eficácia da prova ilícita
 - 2.3.2 Posição contrária à admissibilidade e eficácia da prova ilícita
 - 2.3.3 Sobre a proporcionalidade ou juízo de ponderação
- 2.4. O supremo tribunal federal frente ao princípio da proporcionalidade ou ponderação de valores
- 2.5 Provas derivadas de provas ilícitas
- 2.6 Exceções à teoria das provas ilícitas
 - 2.6.1 Teoria da fonte independente (*independent source*)
 - 2.6.2 Teoria do descobrimento inevitável (*inevitable discovery*)
 - 2.6.3 Teoria da exceção da boa fé (*good faith exception*)
 - 2.6.4 Teoria da tinta diluída
 - 2.6.5 Teoria da prova ilícita benéfica ao réu (ou prova ilícita *in bonam partem*)

Capítulo 3

Intimidade e vida privada

- 3.1 Direito à intimidade e à vida privada. Noções

- 3.2 Intimidade e vida privada. Proteção normativa
- 3.3 Intimidade e vida privada. Distinções
 - 3.3.1 Intimidade
 - 3.3.2 Vida privada

Capítulo 4

Gravações de imagens e o processo penal

- 4.1 Noções gerais
- 4.2 As modernas tecnologias de investigação criminal: da prova por filmagem
- 4.3 Normatização dos novos meios tecnológicos de produção probatória
- 4.4 Prova documental. Conceito. Distinção entre documento e instrumento de prova
 - 4.4.1 Prova por filmagem com natureza jurídica de prova documental
 - 4.4.2 Prova por filmagem e seus instrumentos tecnológicos
 - 4.4.3 Prova por filmagem e a principal dificuldade de ordem técnica para sua aceitação em juízo
- 4.5 Gravação de imagens. Hipóteses de captação
 - 4.5.1 Gravações deliberadas de imagens
 - 4.5.2 Imagens geradas por câmeras de segurança
 - 4.5.3 Imagens geradas por câmeras de segurança e a intimidade do indivíduo
 - 4.5.4 Câmeras de segurança e ambiente de trabalho
 - 4.5.5 Imagens geradas por câmeras ocultas
 - 4.5.6 Necessidade de regulamentação das hipóteses em que a captação de imagem por câmera oculta será admitida no processo
 - 4.5.7 Utilização de câmera oculta pelo jornalismo investigativo
 - 4.5.8 Captação de imagens em ambientes privados
 - 4.5.9 Captação de imagens no interior de moradia
 - 4.5.9.1 Câmera oculta instalada pelo pai para vigilância de possíveis atividades criminosas do filho
 - 4.5.9.2 Imagens geradas por tomadas aéreas em lugares abertos dentro da propriedade privada
- 4.6 Captação de imagens por câmera oculta em local público
- 4.7 Pessoas suscetíveis a sofrer tal espécie de intervenção em sua intimidade
- 4.8 Há algum crime específico que poderia ensejar a aplicação de tal instrumento probatório?

Capítulo 5

A prova por captação de imagens no processo penal e hipóteses de validade

- 5.1 Captação de imagens por câmeras de segurança e sua validade como prova
- 5.2 Câmeras de segurança instaladas por particulares
- 5.3 Captação de imagens por câmeras ocultas e sua validade como prova
 - 5.3.1 Gravação sub-reptícia de imagem efetivada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro

- 5.3.2 E quando o interlocutor que esteja sendo vítima de crime utiliza-se de tal meio probatório, gravando imagens clandestinas de diálogo com o suposto autor do crime?
- 5.3.3 Gravação sub-reptícia de imagens feita pela imprensa e sua validade como prova no processo penal

Capítulo 6

Conclusões

Referências